


13. CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE S. LÁZARO” – CONCURSO PÚBLICO CP.5.16.DACPGP:

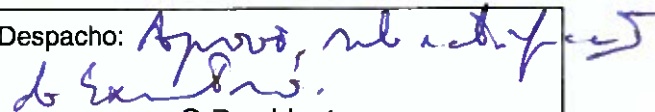
Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão do Sr. Presidente da Câmara, tomada em 8 de março de 2017, segundo a qual aprova a minuta do contrato da empreitada de “Centro Escolar de S. Lázaro” – concurso público CP.5.16.DACPGP

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**

O Chefe da DACPGP,


(Domingos Lopes)08/03/17

Despacho:



O Presidente,


(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)17/03/17**Concurso Público: CP.5.16.DACPGP****Contratação: empreitada de "CENTRO ESCOLAR DE S. LÁZARO".****ASSUNTO: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO****I – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

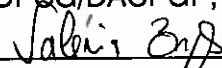
Na sequência da apresentação da caução, no dia 2 de março de 2017, pela entidade adjudicatária COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., prevista no artigo 12.º do Programa do concurso da presente empreitada, propõe-se a aprovação da minuta do contrato, em anexo.

II – DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

07/03/2017

DPCG/DACPGP,


(Téc. Valéria Borges)**Em anexo:**

- Minuta do contrato.

MINUTA/CONTRATO N.º CP.5.16.DACPGP**EMPREITADA**

_____No dia de março de 2017, no edifício dos Paços do Município de Braga, celebra-se o presente contrato em conformidade com o despacho do presidente da Câmara Municipal de Braga, de....., que aprovou a respetiva minuta, ato esse ratificado por deliberação da Câmara Municipal de Braga de_____

_____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante._____

_____ **Segundo: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, com sede na rua da Veiga, n.º 9, Barreiro, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, sob o n.º 500505292/NIPC, com o capital social de 4.000.000,00 Euros, representada por Domingos Vieira Costeira e Maria Augusta Vieira Costeira, como 2.ºs outorgantes, na qualidade de representantes legais, com poderes para o contrato, conforme certidão permanente, com o código de acesso n.º7618-3087-2146, que se arquiva._____

_____O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes:_____

1.º

_____Este contrato tem por objeto a execução dos trabalhos referentes à empreitada de "**CENTRO ESCOLAR DE S. LÁZARO**", de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato, e cuja adjudicação foi feita por despacho do presidente da Câmara Municipal de Braga, de 23 de fevereiro de 2017, ratificado por deliberação de Câmara Municipal de Braga de 6 de março de 2017, na sequência do **Concurso Público: CP.5.16.DACPGP**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes._____

2.º

_____Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos._____

3.º

_____O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato._____

4.º

_____Esta empreitada foi adjudicada pelo preço contratual de **UM MILHÃO, CENTO E SESSENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E SETE EUROS E CINQUENTA E CINCO**

CÊNTIMOS, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada.

5.º

A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos no Caderno de Encargos.

6.º

O preço da obra adjudicada fica sujeito a revisão de preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e do CCP, e de acordo com o constante na cláusula 37.º do caderno de encargos.

7.º

1. O prazo de execução da obra é de **210 dias**, de acordo com a proposta apresentada.

2. Em caso de atraso no início ou na conclusão da obra por facto imputável ao empreiteiro, este ficará sujeito às sanções previstas na cláusula 11.º do caderno de encargos.

8.º

1. O empreiteiro garante, por caução, o bom e tempestivo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato, em montante correspondente a 10% do preço contratual.

2. O empreiteiro prestou caução no valor €116.384,76 (cento e dezasseis mil, trezentos e oitenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos), mediante garantia autónoma, à primeira solicitação, na modalidade de Garantia Bancária N.º 00402890, com exclusão do IVA, de harmonia com os modelos anexos ao regulamento do procedimento.

3. Para cumprimento do artigo 35º do Caderno de Encargos, foi prestada caução correspondente a 10% do preço contratual, no valor €116.384,76 (cento e dezasseis mil, trezentos e oitenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos), mediante garantia autónoma, à primeira solicitação, na modalidade de Garantia Bancária N.º 00402890, pelo adjudicatário. Assim em conformidade com o disposto na parte final do mesmo artigo não serão efetuadas quaisquer retenções nos pagamentos parciais previstos.

9.º

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: 03/07010305, do Orçamento do Município, conforme as informações de cabimento n.º 2016030/440 de 20/07/2016 e de compromisso n.º..... Nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso autorizadas pela Assembleia Municipal, conforme deliberação de 30 de novembro de 2016, que aprovou as

Grandes Opções do Plano e Orçamento, bem como as respetivas normas de execução orçamental.

10.º

1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro.

2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e as resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos no caderno de encargos.

11.º

Em tudo o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.

12.º

Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.

13.º

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

14.º

O presente contrato entra em vigor na data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,
